

AMB integra discussões para revisão do rol da ANS

O coordenador da Câmara Técnica da CBHPM, Amilcar Martins Giron, representou a AMB na terceira reunião do grupo técnico da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cujo objetivo é a revisão do rol de procedimentos da entidade, que é utilizado pelas operadoras de saúde.

Além da AMB, representante a classe médica, integram o grupo técnico as entidades representativas das operadoras de saúde (Fenaseg, Unidas, Abramge, Unimed do Brasil e Unimed Aliança) e o Procon e a Proteste, como representantes dos usuários.

Este grupo de trabalho vem se reunindo periodicamente, desde o início do ano, na busca de consenso para a construção de um novo rol, excluindo procedimentos antigos e incluindo novas tecnologias.

Atualmente, as discussões estão concentradas na sistematização das propostas apresentadas pelas entidades que integram o grupo, ou seja a definição de quais procedimentos deverão integrar o rol. Cada órgão representativo sugeriu a inclusão de números diferentes de procedimentos, sendo que a AMB foi a entidade que propôs a maior quantidade: 440. Em seguida, vieram Unimed do Brasil, com 378; Fenaseg, com 330 e a Proteste, que pede a inclusão de 189 procedimentos.

No encontro, a ANS também apresentou os principais pontos que devem servir como diretrizes básicas



para a revisão do rol: garantia do conjunto de ações de promoção e prevenção; exclusão de procedimentos obsoletos ou de insuficiente validação; inclusão de novas tecnologias somente após serem devidamente acordadas e validadas sob o ponto de vista técnico-científico.

O novo rol da ANS também terá como novidade a inclusão de procedimentos dirigidos ao planejamento familiar, de acordo com a Política Nacional da Saúde da Mulher: vasectomia, ligadura tubária, colocação de DIU serão procedimentos que, a partir de aprovação da ANS, deverão, obrigatoriamente, ter cobertura dos planos e seguros de saúde.

Além disso, no novo rol, pretende-se a inclusão de ações de diversos profissionais envolvidos no cuidado em saúde constituindo um rol de ações em saúde. Atualmente, o grupo trabalha na consolidação de propostas em busca do consenso, e após a aprovação da proposta final, a ANS pretende colocar o resultado do trabalho em consulta pública.

“Pude perceber que há uma enorme disposição de todas as entidades integrantes do grupo pela utilização da CBHPM como base para a construção desse novo rol”, salienta o representante da AMB. “Se isso acontecer, o maior beneficiado, sem dúvida, será o usuário, que terá à sua disposição procedimentos atualizados e comprovados cientificamente, que ofertarão assistência médica de qualidade”, completa Giron.

CNI divulga modelo de contrato

A CNI - Comissão Nacional para Implantação da CBHPM divulgou, no mês de outubro, o modelo de contrato consensual acordado entre as entidades médicas nacionais e as operadoras SulAmérica e Bradesco. O modelo proposto de contrato consensual, a ser assinado entre os médicos referenciados e as seguradoras, segue o mesmo padrão adotado no acordo firmado com o grupo Unidas, no início deste ano.

Os modelos de contrato – pessoas física e jurídica, tanto para a empresa Sul América como para a seguradora Bradesco - foram homologados pelas diretorias das três entidades médicas nacionais – AMB, CFM e Fenam e encontram-se à disposição para download no site da AMB (www.amb.org.br).

Este trabalho, que representa um grande avanço na relação entre os médicos e as seguradoras Sul América e Bradesco, se propõe a ser um instrumento de orientação, sem caráter impositivo, podendo ser ajustado, mediante negociação pelas Comissões Estaduais de Implantação da CBHPM, às diferentes realidades ou anseios regionais.

Este processo de contratualização traz importantes benefícios à categoria, agora garantidos em contrato. Dentre eles, encontra-se a renegociação anual de valores, fato que até então nunca havia sido estabelecido entre médicos e operadoras. Outros pontos são: penalidade por atraso de pagamento; normatização de auditoria; garantia de recursos contra glosas; prazo determinado/renovação automática de contrato; supressão de cláusulas leoninas.

“Nas cláusulas em que não houve concordância, apresentamos a proposta da Sul América/Bradesco e a das entidades médicas. Recomendamos a leitura

Fotos: César Teixeira



atenta de todos os manuais ou anexos citados no contrato, guardando-os como parte integrante deste”, destaca Samir Bittar, coordenador das negociações junto às operadoras de saúde.

Os trabalhos finalizados com a Sul América e Bradesco tiveram início no em maio, com a realização das primeiras reuniões entre as entidades. Trabalho idêntico foi desenvolvido pela Câmara Técnica em relação ao grupo Unidas, que resultou em proposta de contrato divulgada em 23 de fevereiro.

Além da contratualização, também integraram a pauta da reunião da CNI, realizada no dia 20 de outubro (foto acima), na sede da AMB, em São Paulo, o Projeto de Lei 3466/04; o comparativo entre a tabela Bradesco e a CBHPM e a avaliação do movimento de implantação da Classificação em todo o país, incluindo a possível paralisação de atendimento aos planos Amil e Medial.

UNIMED – O vice-presidente da Região Centro-Sul e presidente eleito da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, representou a entidade na 35ª Convenção Nacional Unimed, realizada de 12 a 15 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR). Durante o debate sobre a valorização do médico, foram discutidas a implantação CBHPM e a regulamentação da medicina pelo Projeto de Lei do Senado 25/02. O cenário da mesa-redonda - da qual também participaram o ex-senador Geraldo Althoff e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Hécio Soares - simulava um estúdio de televisão. O debate foi mediado pelo jornalista Heródoto Barbeiro, da Rádio CBN e da TV Cultura.

Divulgação



RESIDENTES - Em outubro, representantes da nova diretoria da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) estiveram reunidos com o 1º secretário da AMB, Aldemir Humberto Soares, na sede da AMB, em São Paulo, para discutir diversos assuntos da área médica no sentido de uma aproximação maior entre as entidades. De acordo com o presidente da ANMR, Diogo Leite Sampaio, o objetivo é formar uma comissão na AMB para integrar os jovens médicos a todos os departamentos da entidade. “Temos várias lutas em comum, e também reivindicações e necessidades específicas dos residentes a serem debatidas”, avalia Sampaio. “Assim como a AMB consulta as suas Sociedades de Especialidade para discutir questões da área científica, a idéia é que possamos contar com esta comissão para debater assuntos relacionados aos residentes e aos médicos em início de carreira de forma geral”, explica Aldemir.

Foto: César Teixeira



PCCS – A luta dos últimos anos das entidades médicas nacionais pela instituição de uma lei criando o Plano de Carreiras, Cargos e Salários do SUS (PCCS-SUS) pode se transformar apenas em uma carta de intenções, ou seja, um conjunto de diretrizes, que poderão ser ou não cumpridas pelos gestores do sistema no país. A proposta apresentada durante o “Seminário Nacional PCCS-SUS”, realizado no dia 26 de outubro, em Brasília, foi firmemente criticada por dirigentes da Fenam, entidade que representou a classe médica no evento promovido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, que reuniu cerca de 200 gestores e diretores de entidades representantes de profissionais e trabalhadores do SUS de todo o país. No sentido de alertar a categoria, a Fenam distribuiu carta aos médicos brasileiros.

HOMENAGEM – O presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, foi homenageado durante o 52º Congresso Brasileiro de Anestesiologia, realizado de 12 a 16 de novembro, em Goiânia (GO). Para Roberto Bastos da Serra Freire, presidente da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, normalmente recebem esta homenagem apenas ex-presidentes da entidade, “no entanto, embora nunca tenha ocupado este cargo, os anestesiológicos não poderiam deixar de reconhecer a atuação de José Luiz. Ele sempre esteve ao lado da SBA, defendendo os direitos dos anestesiológicos e dos pacientes. Sua eleição para a presidência da AMB o consolida como uma referência no associativismo médico”, destaca Freire. José Luiz Gomes do Amaral também é vice-presidente da Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo, biênio 2004-2005 e já foi eleito na Sociedade Brasileira de Anestesiologia para as Comissões de Ensino e Treinamento (1997 a 1999) e Hipertermia Maligna (desde 2002).

Divulgação

